

Violência: interlocução entre história, capitalismo, Estado e a crítica marxiana*

WELLINGTON TROTTA*

Resumo

Neste trabalho, aborda-se a relação entre as origens do Estado e do capitalismo como elementos necessários, historicamente. Nesse caso, esta conexão ensejou ao poder estatal o *status* de guardião da ordem voltada para produção capitalista e o seu conjunto de valores derivantes. Por isso, este artigo analisa o *ethos* capitalista como a gênese da violência do Estado, que se disfarça na ideia de guardião da ordem democrática.

Palavras-chave: Estado, capitalismo, ética, violência e crítica.

Abstract

This paper discusses the relationship between the origins of the state and capitalism as necessary elements, historically. In this case, this connection gave rise to state power *status* of guardian of order toward capitalist production and its set of drift values. So, this paper analyzes the capitalist ethos as the genesis of state violence, which is disguised in the idea of guardian of the democratic order.

Key words: State, capitalism, ethics, violence and criticism.

* Este artigo, com modificações, tem sua origem na minha Tese de Doutorado em Filosofia IFCS-UFRJ.



* **WELLINGTON TROTTA** é Doutor em Filosofia pela UFRJ; docente no Pós-Doutorado em Filosofia no IFCS-UFRJ, além de lecionar Filosofia na UNESA.

Introdução

O propósito deste artigo é analisar o *ethos* do capitalismo, a partir do diálogo com a crítica marxiana ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, o texto foi dividido em dois tópicos e uma conclusão. No tópico *Capitalismo e sua retrospectiva histórica* (1), analisou-se o processo de constituição do Estado moderno ao lado do modo de produção capitalista e seus fatores hegemônicos, partindo dos estudos do economista italiano Giovanni Arrighi e outros pesquisadores que ajudam a compreender o processo de formação do capitalismo. Nesse tópico, as diversas fases foram resumidas apenas para apresentar a ideia de que o capitalismo não é um sistema resultante de determinada racionalidade necessitante em si, mas de um processo de espoliação de riquezas, desde as matérias-primas de além-mar, até a exploração dos trabalhadores europeus e escravos não-europeus. Em *Capitalismo e seu significado* (2), fez-se um apanhado dos elementos mais importantes da teoria do mercado de Milton Friedman em seu livro *Capitalismo e liberdade* para, criticamente, entender o modo de produção capitalista e porque o capitalismo atrela liberdade à iniciativa privada no mercado. Refletiu-se sobre a ideia de que o capitalismo é um modelo econômico, cujo *ethos* é a exploração da força de trabalho por parte do capital, sendo essa exploração necessariamente sistêmica, tendo a violência estatal como seu sustentáculo.

Neste trabalho, analisaram-se quais são os valores morais que norteiam o capitalismo, e em que medida esses valores criam a cultura do individualismo nas relações sociais. Não se descuidou de atentar para a realidade de que o Estado está a serviço do capital, na medida em que o capitalismo molda a

natureza do Estado, a despeito dos grandes teóricos do pensamento político insistirem no papel do Estado como “dínamo” das relações sociais, núcleo pelo qual as individualidades são respeitadas ao mesmo tempo em que se leva em consideração a esfera pública como centro racional do interesse coletivo, como síntese dos particulares. Quanto à conclusão, procurou-se diferenciá-la da mera repetição sintética para, de outro modo, usar o espaço para notas reflexivas.

1 – Relação genética entre Estado e capitalismo

Um dos históricos modelos produtivos, o capitalismo, é marcado pela ideia do lucro, embora a mais-valia seja seu fim na etapa produtiva. Seu marco efetivo relaciona-se na transferência do poder político-econômico, antes concentrado na propriedade da terra, para o dinheiro, novo elemento de riqueza e mola propulsora dos negócios mercantis e bancários. Não é, portanto, mera coincidência essa relação, mesmo que as práticas comerciais tenham começado nos estertores da Idade Média.¹

Em *O longo século XX*, Giovanni Arrighi estuda o significado de hegemonia nas relações internacionais entre os Estados que atrelaram seu desenvolvimento ao advento do capitalismo enquanto sistema político-econômico transnacional. Deve-se salientar que Estado e capitalismo não são sujeitos em si e para si mesmos, o

¹ O dinheiro existe desde muito tempo, contudo é com o modo de produção capitalista que ele adquire significado ímpar na história econômica. O dinheiro, na vigência do capitalismo, além de facilitar as transações mercantis, financeiras etc., passa a ser uma ordem de comando dos homens de negócios, valendo-se do poder do Estado, sem contar a possibilidade do enriquecimento sem limites. Assim, Marx afirma, com razão, que o capitalista tem mais o que fazer do que produzir mercadorias.

que constituiria hipótese delirante. Ambos são construções a partir de condições historicamente determinadas, levando-se em conta a perspectiva das relações sociais no plano antagônico das ideias, dos interesses, das necessidades etc. Assim considerando, o Estado é o resultado histórico de diversas experiências políticas, cuja sofisticação resultou em um verdadeiro aparato jurídico-burocrático-militar com o escopo de estabelecer uma ordem propícia aos interesses da produção capitalista. Dessa forma, os séculos transmitiram, historicamente, um problema crucial: como determinar o Estado de acordo com novas relações de força, e como avaliar seu papel enquanto agente do desenvolvimento socioeconômico?

Considerando tais premissas, o conceito de hegemonia formulado por Arrighi significa liderança, ponto-chave na relação de comando, porque procura obter resposta por parte do liderado. O autor assevera que “o conceito de ‘hegemonia mundial’ aqui adotado, no entanto, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996, p.27).

Para Arrighi (1996), o poder de hegemonia se dá de forma consentida por parte daquele Estado submetido ao hegemônico. Mesmo reconhecendo a coercitividade da hegemonia, o caráter hegemônico de um Estado sobre outro não está somente associado aos mecanismos de força e aceitação pelo grupo que controla os seus aparelhos. Existe outro aspecto que deve ser levado em conta: a assimilação dos valores hegemônicos por parte dos dominados através dos mecanismos ideológicos, entendidos, segundo Marx, como toda construção alicerçada na inversão da

determinação do real, nas contradições diluídas e nas falsas representações que os homens fazem de si e da realidade. Assim, o conceito complexo de hegemonia defendido por Arrighi vai além da relação dominante-dominado segundo elementos de pura coerção, sobressaindo-se elementos culturais.

Vale a pena assinalar que, nessa linha de raciocínio, Arrighi estabelece uma distinção conceitual entre dominação e hegemonia porque enfatiza a sutileza desta em relação à outra, demonstrando seu conteúdo de caráter moral, para não dizer de caráter psicológico. Na dominação as relações são marcadamente orientadas pela expressão coercitiva, pela obrigatoriedade em face de uma sanção qualquer. Já a hegemonia é mais sofisticada porque os valores próprios do hegemônico passam a ser considerados universais pelo dominado. Segundo Arrighi:

Dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano ‘universal’ todas as questões que geram conflitos [...] A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta (ARRIGHI, 1996, p. 28).

Nesse caso, Estado, capitalismo e hegemonia são construções ligadas entre si para um mesmo fim: garantir domínio no interior das relações de trocas comerciais, inclusive nas relações internacionais. Nessa ordem, Arrighi traça uma linha sucessória dos Estados hegemônicos a partir das mudanças comerciais ocorridas à medida que se desenvolve o processo de produção, troca e acumulação de bens: a supremacia desloca de um Estado para

outro, estabelecendo períodos hegemônicos, mesmo de curto tempo. Porém, mudando as relações materiais entre os Estados, altera-se a correlação de forças políticas, redesenhando o cenário internacional pelas guerras, invasões e, por fim, levantes populares contra os privilégios conferidos pela política econômica dominante.

Conforme destacou-se acima, o capitalismo, que teve sua sorte na organização técnico-jurídica do Estado, agora como centro produtor de leis, torna-se capaz de legislar em favor da empresas voltadas à expansão dos interesses resguardados. O Estado moderno surge a partir da experiência medieval, sobretudo após sua superação pelo absolutismo monárquico que, em certa medida, foi a saída encontrada pela aristocracia, junto ao rei, na tentativa de garantir seus privilégios face à projeção burguesa (ANDERSON, 1984), cuja inspiração histórica baseia-se na cidade de Veneza ao se constituir como Estado-modelo para os demais, durante os últimos séculos, pelo menos conforme a lógica capitalista de dominação econômica, ao contrário da territorialista, tão peculiar aos impérios da antiguidade, inclusive o chinês. Assim, “essas reestruturações são um fenômeno característico do moderno sistema de governo, que emergiu da decadência e eventual desintegração do sistema de governo da Europa medieval”(ARRIGHI, 1997, p. 31).

Outrossim, para Michel Beaud em seu livro *História do capitalismo*, a marcha que levou a sociedade feudal, estruturada a partir do século XI, até o capitalismo como modo de produção, passou por diversas etapas, incluindo a pilhagem colonial pela qual as terras americanas, africanas e asiáticas não só forneciam as especiarias como, e, sobretudo, ouro, um dos fatores

determinantes para a criação e acumulação do capital. (BEAUD, 1987, p. 18-19). Continua Beaud: a fonte principal dessa acumulação é,

Como nos séculos precedentes e como nas outras formações sociais, o sobretrabalho camponês ao qual temos de acrescentar, é claro, a pilhagem das Américas. Pois, se olharmos agora a dimensão internacional, o que é novo não é o comércio distante; este está presente em todas as formações onde domina um modo de produção tributária [...] O que é novo é a fabulosa pilhagem da América, que pode ser analisada em dois fluxos ligados: — a pilhagem dos tesouros encontrados no lugar (trabalho morto acumulado na extração de metais preciosos e na fabricação de obras de arte); — a produção nova de valor (trabalho forçado e escravidão), seja nas minas de ouro e de prata, seja na cultura (cana-de-açúcar, etc.). Conquista, pilhagem, extermínio; esta é a realidade de onde vem o afluxo de metais preciosos para a Europa no século XVI... (BEAUD, 1987, p. 30).

Por essa razão, o processo de acumulação de riqueza no desenvolvimento do capitalismo não pode ser pintado com cores claras, e sim nebulosas. O ouro saqueado dos continentes dominados pela Europa foi fundamental para a acumulação de riqueza por parte inicialmente dos Estados português, espanhol, holandês, mais tarde França e Inglaterra, em que os seus nobres aventureiros e burgueses do mundo das finanças e do comércio muito enriqueceram. É preciso lembrar que a expansão marítima europeia não visava buscar mercado para os seus produtos, mas produtos para o seu mercado; não esquecendo a incessante busca por metais preciosos, sobretudo o ouro como fator de riqueza e, conseqüentemente, dominação. E essa

riqueza acumulada possibilitou que determinadas formações sociais saíssem na frente de outras no processo de obter hegemonia econômica, como acentua Arrighi (1997).

A expansão do comércio europeu, e sua luta interna, fez com que cada coroa buscasse, com seus respectivos aliados, a maximização dos seus interesses. Na Inglaterra, por exemplo, a burguesia, que já no século XVII aliara-se aos interesses mercantilistas da realeza, nesse mesmo tempo utiliza-se do descontentamento popular contra o absolutismo monárquico com o intuito de enfraquecê-lo e, por conseguinte, tomar maior expressão política dentro do parlamento e ao lado dos nobres materializar os interesses dos negociantes (BEAUD, 1987, p. 38).

Nesse período de depressão econômica que foi o século XVII, em que a hegemonia coube à Holanda, os senhores do dinheiro da Inglaterra, insatisfeitos com a monarquia do seu país, fazem, em 1640, a primeira revolução de contornos burgueses da história europeia, com consequências importantes para o advento da revolução gloriosa que pôs fim ao absolutismo inglês em 1688, possibilitando mais espaço político aos homens de negócios (FRANK, 1977, p. 99).² É nesse

momento que os proprietários do dinheiro defendem a livre iniciativa, a representação política e a desconcentração do poder. Para isso, contam com as ideias de John Locke, assentadas no seu magistral livro *Sobre os dois tratados do governo civil*, em que são elencados os elementos estruturais do que se chamará, mais tarde, de liberalismo.

Assim, no século XVI, são introduzidas e desenvolvidas as condições do desenvolvimento posterior do capitalismo: burguesias bancárias e mercantis dispõem simultaneamente de imensas fortunas e de redes bancárias e financeiras; Estados nacionais dispoem de meios de conquista e de dominação; uma concepção do mundo que valoriza a riqueza e o enriquecimento. É apenas nesse sentido que se pode datar no século XVI a era do capitalismo (BEAUD, 1987, p. 31).

Segundo Michel Beaud (1987), o que entendemos por capitalismo tem seu início no século XVI, marcado pela expansão comercial europeia em busca de recursos que possam custear o seu desenvolvimento, e também estimular o mercado europeu com mercadorias mais baratas depois que se superara o bloqueio turco de 1453, que havia estancado as rotas comerciais estabelecidas pela burguesia mercantil italiana aliada dos banqueiros também italianos. Esse bloqueio turco que tomou Constantinopla na data alusiva, obrigou a criação de tecnologia náutica para

² “Nossas esperanças eram as de que vós houvestes assentado a autoridade suprema do povo nesta honorável Câmara e afastado qualquer aparência de poder contrário do rei ou dos lordes [...] promulgado leis ordenando a eleição anual de deputados [...] submetido os reis, as rainhas, os príncipes, os duques, os condes, os lordes e igualmente todos os cidadãos às leis do país, existentes ou futuras [...] libertado todos os homens do povo da jurisdição dos lordes em todos os processos [...] libertado todos os negócios e companhias de todo monopólio e açambarcamento, por companhias ou qualquer outro [...] abolido os impostos indiretos e todas as taxas com a exceção dos subsídios [...] mandado derrubar todas as cercas

recentes de fens e de outras terras comunais, ou mandar cercar exclusivamente ou principalmente em benefício dos pobres [...] abolido o pesado fardo dos dízimos [...] assumido, em vosso nome e no de todos os Paramentos futuros, o compromisso de não abolir a propriedade, de não buscar a igualdade das propriedades fundiárias ou a comunidade de todos os bens” (os *levellers* em 1648, BEAUD, 1987, p. 43).

enfrentar novas rotas comerciais e, com isso, favoreceu a conquista de grandes riquezas, sobretudo o bendito ouro que custeará o esplendor das artes na Europa e o seu futuro sistema de trocas, contando novamente com os banqueiros italianos. Portanto, para Hilton (2004), a história do capitalismo:

Era estudada, tanto pelos que o apoiam como pelos que o criticam, fundamentados num razoável consenso sobre o que pretendiam significar com esse termo. "O tema do capitalismo", escreveu o professor Postan, "deve sua atual posição no debate político e científico ao trabalho de Marx e dos marxistas" (HILTON, 2004, p. 183).

³

Em seu ensaio *Capitalismo – o que representa esta palavra?*, Rodney Hilton assevera, com base na leitura de diversas escolas econômicas, que Max foi o primeiro a tratar o problema do termo capitalismo de forma científica, procurando, no celeiro da história, o seu sentido próprio, ou pelo menos aquele desligado das implicações ideológicas que cercam aqui e ali a temática. Marx, conforme Postan, não só foi o primeiro a estudar o capitalismo de forma rigorosa como, de fato, foi o primeiro a conceituá-lo de maneira sistemática e propriamente dentro dos limites de suas

características. Mas aqui não é o espaço para tratar do conceito de capitalismo, o que se deixará para mais adiante.

Para Marx, a primeira condição de acumulação relaciona-se ao fato de o capitalista ter “conseguido vender suas mercadorias e retransformar a maior parte do dinheiro assim recebido em capital. É pressuposto, a seguir, que o capital percorra seu processo de circulação de modo normal” (MARX, 1985b, p. 151), ou seja, o capitalismo constrói-se, historicamente, como aquele sistema econômico em que o lucro da venda de mercadorias possa ser revertido em novas mercadorias, buscando acumular o *quantum* preciso para financiar o capital. Nesse caso, o capitalismo visa obter lucro com a venda de sua coleção de mercadorias. Nesse ponto, Marx está conforme os historiadores do capitalismo quanto ao surgimento deste localizar-se no mundo feudal, pois o capitalismo, dialeticamente, nasce das entranhas do feudalismo que se esgota ao serem alteradas suas forças produtivas.

Dessa forma, o capitalismo tem sua gênese com as revoluções urbana e comercial entre os séculos XIV e XVI. Contudo, o que nesse período chama-se de capitalismo é mais uma prática mercantil que um modo de produção, pois o que se entende por capitalismo, propriamente dito, consolida-se com a revolução industrial na qual “o capitalista que produz a mais-valia, isto é, extrai trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, na verdade, o primeiro apropriador” (MARX, 1985b, p. 151). Somente então surge de fato e, conceitualmente, o capitalismo como modelo produtivo e não apenas enquanto troca de mercadorias por dinheiro. É no processo de industrialização que o capitalismo rompe com as formas

³ “Só se disciplinará, só se definirá a palavra *capitalismo*, para colocá-la a serviço exclusivo da explicação histórica, se a enquadrarmos seriamente entre as duas palavras que a subentendem e lhe conferem seu sentido: *capital* e *capitalista*. O capital, realidade tangível, massa de meios facilmente identificáveis, permanentemente em ação; o capitalista, o homem que preside ou procura presidir à inserção do capital no processo incessante de produção a que todas as sociedades estão condenadas; o *capitalismo* e, *grosso modo* (mas só *grosso modo*), a forma como se conduz, para fins usualmente pouco altruístas, esse jogo constante de inserção” (BRAUDEL, 1987, p. 33-34).

feudais, eliminando-as, cabendo à Revolução Francesa de 1789 a tarefa de limpar o terreno das instituições políticas, pois as instituições econômicas, pelo processo de industrialização, já se haviam consolidado no plano da infraestrutura, por mais que, para Max Weber, essa interpretação – a relação do reflexo entre infraestrutura-superestrutura – seja chamada de juvenil (WEBER, 2004, p. 49). Entretanto, segundo Marx, pode ser:

Chamada de acumulação primitiva, pois ela, ao invés de resultado histórico, é fundamento histórico da produção especificamente capitalista. Como ela própria surge, ainda não precisamos examinar aqui. Basta dizer que ela constitui o ponto de partida. Mas todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valia ou mais-produto, que, por sua vez, é o elemento constitutivo da acumulação (MARX, 1985b, p. 195).

O capitalismo, como modelo produtivo que gera toda uma estrutura sociopolítica, só aparece com a industrialização porque ele, de fato, como “tipo ideal”, é produto do capitalismo industrial, embora, sem as condições necessárias anteriores do capitalismo mercantil etc., não teria possibilidade de surgimento. Para Hilton, Ephaim Lipson em *Economic History of England*, adota integralmente a definição de capitalismo:

Dada por Marx, no sentido de que sua característica essencial é a divisão de classes entre assalariados sem propriedade e empresários que possuem capital, em contraste com a organização característica medieval da indústria e da agricultura com base no pequeno produtor que

possuía seus próprios meios de produção (HILTON, 2004, p. 183).

Marx compreende que as instituições sociopolíticas, as ideias e suas conquistas são consequências do modelo produtivo constituído em cada época determinada da história. Assim, ele enfatiza que a diferença da sociedade feudal para a capitalista decorre de ser esta constituída por capitalistas, donos do capital, e seus empregados, trabalhadores livres sem propriedade, e que aquela é “uma sociedade de pequenos produtores basicamente agrários, cujas mais importantes classes sociais eram as dos senhores terratenentes e de seus arrendatários não-livres” (HILTON, 2004, p. 178).

Se Marx raramente usa o termo capitalismo, isso não implica sua inexistência enquanto modo de produção a determinar, de forma geral, o *ethos* de específica formação social, marcada pelo impacto da constituição das forças produtivas capitalistas. Não importa, por outro lado, que a palavra capitalismo tenha surgido, conforme Tom Bottomore, em um texto escrito em 1854 pelo romancista inglês William M. Thackeray (1988, p. 51). O que importa, para efeito desta pesquisa, é que o capitalismo surgiu como prática mercantil, desenvolveu-se até a industrial, constituindo-se em sistema conceitual. Tal sistema elaborado, historicamente, foi por Marx investigado em suas implicações sociopolíticas.

O surgimento do capitalismo, distintamente entendido como prática produtiva e como modelo de produção, só pode ser compreendido através das investigações históricas. Cabe à história, enquanto ciência que investiga o devir humano, desatar o nó que, muitas vezes, as escolas teóricas criam ao confundir o conceito com sua origem temporal. A história tem por obrigação,

desvencilhada das amarras ideológicas, demonstrar que a origem do capitalismo repousa sobre um processo temporal em que as forças produtivas do feudalismo são transformadas por conta da superação de necessidades existenciais. Se o feudalismo, incipientemente, surge com o dismantelamento do império carolíngio no século IX, e já está solidificado no século XI, isso significa dizer que ambas as localizações temporais servem apenas para se ter ideia de sua ascensão e queda.

Se o capitalismo, como já foi dito, nasce de uma prática mercantil de larga escala no final da Idade Média e desenvolve-se por diversos fatores até chegar ao capitalismo industrial, tomando suas feições próprias, isso possibilita deduzir que feudalismo e capitalismo conviveram em um lapso de tempo, considerando que este aparece daquele, não como ordem lógica, mas histórica. Logo, as etapas que Marx concebeu para os modos de produção à guisa de “tipo ideal” (asiático, escravagista, servil, assalariado) não implicam correntes de força que visem impor aos fatos uma determinação escolástico-dogmática, mas apenas uma leitura da história de diversas formações sociais, partindo da Inglaterra do século XIX, até a egípcia no mundo antigo oriental. Ou seja, tal como para uma teoria biológica da evolução, o estudo da anatomia revela semelhanças entre o homem e o macaco. Os fatos históricos são mais ilustrativos para o estudo das formações sociais do que a imposição abstrata de elucubrações.⁴

⁴ “É inteiramente impossível conceber a riqueza das cidades italianas, desvinculada da exploração do resto do Mediterrâneo; assim como é impensável a prosperidade de Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra sem a prévia destruição da civilização árabe, sem a pilhagem da África, o empobrecimento e a devastação da Ásia meridional e seu mundo de ilhas — as

2 – Capitalismo e seu significado

As muitas interpretações do sentido de capitalismo não excluem que o seu objetivo como modelo produtivo seja o lucro, atividade em si mesma. Mas, para tal compreensão, é necessário, antes de tudo, configurar a ideia de mercado e a de livre iniciativa de indivíduos capazes de estabelecer contrato com diversas partes para alcançar seus interesses, tais como aquisição de matéria-prima, instrumentos de produção, mão de obra etc. Todos esses elementos fazem do capitalismo um sistema produtivo, surgido de uma relação prática que, por sua vez, determina relações humanas em suas variáveis. Assim, para John Hobson em *A evolução do capitalismo moderno*, o:

Capitalismo pode ser provisoriamente definido como a organização da empresa em larga escala, por um empregador ou por uma companhia formada por empregadores, possuidores de um estoque acumulado de riqueza, destinada a adquirir matérias-primas e instrumentos e a contratar mão de obra, a fim de produzir uma quantidade maior de riqueza, que irá constituir lucro (HOBSON, 1996, p. 25).

Esta definição transparece as influências de Marx e Werner Sombart. Este, com a concepção de que onde “quer que, no curso da história, tenha-se verificado uma conjunção de certas forças econômicas e morais essenciais, existiu, sob determinada forma e grandeza, uma indústria capitalista” (HOBSON, 1996, p. 25-26), ou seja, o entendimento segundo o qual capitalismo sempre existiu sob diversas formas desde que houvesse uma indústria capitalista.

férteis Índias Orientais — e os florescentes estados dos Incas e Astecas” (Sombart apud HOBSON, 1996, p. 33-34).

Quanto à influência de Marx, verifica-se na ideia de capitalismo como forma de produção em que há exploração de classes, isso para ficarmos nas linhas gerais. Mas o que preocupa é pensar o capitalismo em seu desenvolvimento histórico e atrelar sua existência ao pensamento liberal que o consubstancia teoricamente, além de fornecer as bases da eticidade do modo de produção capitalista. Nesse sentido, para Friedman, a organização econômica:

Desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política (FRIEDMAN, s/d, p. 18).

Portanto, para Milton Friedman, em seu livro *Capitalismo e liberdade*, a liberdade econômica é condição necessária da liberdade política, ao mesmo tempo em que expressa a liberdade em si mesma. Isso significa que a liberdade econômica é fundamento da liberdade que só pode se supor, mas que se torna palpável, pelo menos, na dimensão econômica e, por conseguinte, na liberdade política. A esse respeito Friedman demonstra honestidade, pois não esconde que o livre mercado, como determinação da liberdade existencial, é a expressão necessária da liberdade em si. A liberdade enquanto valor absoluto não existe, o que existe é a liberdade de mercado que fundamenta aquilo que se considera liberdade. Ainda Friedman afirma que:

Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder.

O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro (FRIEDMAN, s/d, p. 19).

Assim, conforme o grande teórico, o capitalismo não é só uma ordem produtiva como é, essencialmente, um *ethos* que organiza e dinamiza todas as esferas da vida social, evidenciando que “a existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das ‘regras do jogo’ e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas” (FRIEDMAN, s/d, p. 23). Um Estado só tem existência a partir da economia de mercado para garantir as próprias regras abstratas que esse mesmo mercado cria somente para satisfazer a liberdade dos únicos homens livres: aqueles que dispõem de si ao dispor da riqueza material da sociedade. Isso se confirma na medida em que “*removendo a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, o mercado elimina essa fonte de poder coercitivo. Permite, assim, que a força econômica se constitua num controle do poder político, então num reforço*” (FRIEDMAN, s/d, p. 23).

Friedman ressalta que o pensamento liberal, ao tomar para si a explicação da sociedade de homens livres, concebe que a liberdade é uma condição da existência do mercado e, em hipótese alguma, enaltece a liberdade em si, ou mesmo a liberdade política como condição de existência do indivíduo, pois, na verdade, não existe indivíduo para o autor, apenas consumidores cuja liberdade é dominada pelos interesses do mercado comandado por leis que ele

desconhece por serem abstratas (a invenção do *homo oeconomicus* em detrimento do *zoon politikon*). Disto se depreende que o governo só existe como árbitro de leis já pressupostas: leis naturais do mercado. Friedman afirmar que o governo está a serviço das leis do mercado e para ele deve voltar-se como princípio de liberdade. A coercitividade imputada ao governo é pelo mercado assumida na forma de um elemento de estabilidade entre os capitalistas associados. Por outro lado, o autor não ignora que o governo é um elemento de classe, da classe de quem domina as leis eternas do mercado, ou a produção social da riqueza.

A evidência histórica por si só nunca é completamente convincente. É possível que a expansão da liberdade e o desenvolvimento do capitalismo e das instituições mercantis tenham ocorrido juntos por mera coincidência. Por que deveria existir uma relação em tal fato? Quais são as conexões lógicas entre liberdade econômica e liberdade política? Ao discutir estas questões, consideraremos, inicialmente, o mercado como um componente direto da liberdade e depois a relação indireta entre organização do mercado e liberdade política. Como produto secundário, teremos o esquema da organização econômica ideal para uma sociedade livre. (FRIEDMAN, s/d p. 21).

Conforme Hobson, ao contrário de Friedman, “a exploração de outras partes do mundo, por meio do saque militar, do comércio desigual e do trabalho forçado, foi uma grande e indispensável condição do desenvolvimento do capitalismo europeu” (HOBSON, 1996, p.33). Então, como pode Friedman alegar que o capitalismo, enquanto ordenação do sistema do mercado, é pressuposto da liberdade? Friedman defende a tese da

liberdade como um valor derivado do mercado, e, nesse caso, então, o mercado torna-se a fonte substantiva do conceito de liberdade. Se não há engano, segundo Friedman, a liberdade não é uma construção histórica em que estão envolvidas as mais profundas inteligências da história ocidental e a luta de indivíduos contra o arbítrio, mas o surgimento do mercado como algo em si a forjar valores necessariamente. Parece que Friedman esforça-se, a despeito de sua notável inteligência, em ignorar a história do mercado, história essa que não pode ser isolada de outras condições que o afirmaram como eixo do capitalismo. Com efeito, Friedman afirma que não há rivalidade:

Pessoal no mercado competitivo. Não há disputas pessoais. O fazendeiro cultivador de trigo não se sente, num mercado livre, empenhado em rivalidade pessoal com seu vizinho que é, de fato, seu competidor, nem se sente por ele ameaçado. A essência de um mercado competitivo é o seu caráter impessoal. Nenhum participante pode determinar os termos em que os outros participantes terão acesso a empregos ou mercadorias. Todos consideram os preços como dados pelo mercado e nenhum indivíduo pode, por si só, ter mais do que uma influência negligenciável sobre o preço - embora todos os participantes juntos determinem o preço por meio do efeito combinado de suas ações separadas (FRIEDMAN, s/d, p. 107).

Esta citação demonstra o quanto Friedman esquece que a competição, como natureza primeira do capitalismo, não se processa pacificamente entre os competidores. Se assim fosse, qual seria a importância do governo? Friedman sustenta como natural a impessoalidade dos capitalistas na competição do mercado, pois tal comportamento seria

meio essencial do exercício da liberdade. As leis racionais do mercado, segundo parece ao autor, levam todos os agentes a compreenderem que cada um faz o mesmo em proveito próprio como realização da liberdade. Pelo contrário, a lei do mercado sem a intervenção da sociedade por meio do Estado configura-se em si como *guerra de todos contra todos*, em que o mais astuto vence. Friedman não pode ignorar isso, mas o faz para sustentar o fim da competição: o mercado.

Essa posição de Friedman é insustentável, pois o mercado em si, por meio de suas leis “racionais-eternas”, tende a ser autofágico. Todavia, com o aumento do crescimento econômico e o empobrecimento das massas e por força de lutas políticos-sindicais, começa-se a pensar, posteriormente, na aceitação da intervenção do Estado no mercado com o fim de limitar excessos. Essa defesa da intervenção do Estado encontra sua expressão mais destacada na doutrina do economista inglês John Keynes,⁵ um dos teóricos daquilo que, por volta dos anos trinta e quarenta do século XX, passa a ser chamado de *Welfare State* (Estado de bem-estar). Contrariamente à concepção de Friedman, Keynes assevera que resta um assunto relacionado:

Com isto, embora diferente, que durante séculos, talvez mesmo por milênios, ilustrou a opinião tida como certa e evidente de uma doutrina que a escola clássica repudiou como pueril, mas que merece reabilitação e honras.

⁵ “É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência — e na minha opinião uma consequência inevitável — do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade” (KEYNES, 1996, p. 347).

Refiro-me à doutrina de que a taxa de juros não se ajusta por si mesma ao nível mais adequado ao ótimo social, antes tende constantemente a elevar-se demais, de tal modo que um governo prudente procura restringi-la pela legislação e pelo costume, e até mesmo invocando as sanções da lei moral (KEYNES, 1996, p. 323).

Embora ambos considerem o capitalismo o melhor sistema econômico, Keynes entende que o mercado por si mesmo não tem condições absolutas de se autossustentar, pois quando as empresas, por muitos motivos, não têm condições de investir, o Estado assume a incumbência, intervindo no mercado através de leis, regulando-o a fim de protegê-lo, evitando que se esgarce ainda o tecido social. Mas Friedman, distorcendo os acontecimentos históricos, reitera a pregação de que “a História somente sugere que o capitalismo é uma condição necessária para a liberdade política” (s/d, p. 19).

Se liberdade política significa a possibilidade do indivíduo viver em sociedade, sendo respeitado nos seus interesses e respeitando, por sua vez, o interesse alheio com base em leis racionais, Friedman contraria esse sentido essencial de liberdade, pois, compreendida como extensão do mercado, ela resulta inevitavelmente em uma forma de servidão. Divergindo de Friedman, compreende-se, a partir de Marx, que não há liberdade quando o imperativo econômico comanda a vida humana, pois o único motivo que leva o possuidor de um capital a empregá-lo, na agricultura ou na manufatura, ou em um ramo “particular do comércio por atacado (*en gros*) ou varejista (*en détail*), é o ponto de vista de seu próprio lucro” (MARX, 2006, p. 46). Mas, segundo

Michel Beaud, contra todas as lógicas que defendem o mercado, o capitalismo:

Não é uma pessoa, nem uma instituição. Não quer, nem escolhe. É uma lógica em andamento através de um modo de produção: lógica cega, obstinada, de acumulação. Lógica que se apoia sobre a produção de bens, tendo o valor de uso como suporte da mais-valia que deve voltar ao capital: ainda é mister que o valor seja realizado, que a mercadoria seja vendida; senão a acumulação se bloqueia, e isso pode ser a crise. Lógica que se espalhou, no último terço do século XVIII e nos dois primeiros terços do século XIX, por ocasião da "primeira industrialização": têxteis e roupas; máquinas; ferramentas e utensílios domésticos de metal; estradas de ferro e armas. Lógica que se desenvolveu primeiramente na Grã-Bretanha, depois, com defasagens, nos outros países (BEAUD, 1987, p. 191).

A lógica do capitalismo não é servir de fundamento à liberdade humana como sustenta Friedman, sua logicidade está justamente na concepção inversa, segundo Beaud. O capitalismo, como modo de produção de mercadorias, é movido pela lógica do lucro, cujo intento é a mais-valia, e, para tanto, serve-se da exploração do trabalho humano, o que contraria a afirmação conveniente de que a economia de mercado é o fenômeno expressivo da liberdade em si. O capitalismo tem sua salvaguarda na estrutura do Estado. As pesquisas no âmbito da história demonstram que a economia de mercado ordena a liberdade política, concorda-se com Friedman, só que sob outros princípios distintos da representação da liberdade em si. O Estado, ao mesmo tempo em que é vítima da economia de mercado, é a força ideológico-jurídica-militar que o sustenta como celeiro das

trocas; de mercadoria como troca de trabalho por salário.

A lógica do capitalismo subsiste na apropriação do excedente de trabalho no processo de produção de mercadorias. É a mais-valia que sustenta todo o edifício do sistema capitalista e seu desenvolvimento até hoje. É, com razão, que Marx anota em *O capital*, que o capitalista tem mais o que fazer do que produzir mercadorias (MARX, 1985a, p. 210). Ele só as produz porque o seu fim último é conseguir mais-valia para obter o lucro real. Talvez Friedman esteja com razão, o mercado controla a liberdade, só que sob um sistema de servidão.

Considerações finais

O capitalismo é um modelo produtivo cujo fim é obter mais-valia sobre a força de trabalho no processo de produção de mercadorias e, a partir disso, vendê-las, cujo propósito é obter lucro, reinvestido na produção com o escopo de obter mais lucro. Dessa forma, constituindo-se em um sistema que almeja, incessantemente, lucro sobre lucro. Assim, capitalismo é o sistema econômico que tem por fim a produção e a defesa do capital na exploração do trabalho, visando à perpetuação desse intento como valor moral. Esse é o cerne da violência existente nas sociedades como a nossa.

Outrossim, a violência estatal, a despeito de Weber a considerar como inerente ao Estado enquanto ente administrativo, legislador e judicante, ela se mascara e efetiva de várias maneiras, conseguindo, por meio do discurso ideológico, dissimular as formas de violências postas contra aqueles que, em virtude das fracas lentes de leitura da realidade, não conseguem apreender o cotidiano feroz do nosso modelo produtivo que impõem relações humanas semelhantes às relações entre as mercadorias.

Nossas discussões são direcionadas para o ponto de vista de que o Estado é o grande inimigo da produção, do capital, do investimento, do avanço tecnológico, da entrada-circulação de capitais, do desenvolvimento econômico etc., pura ilusão. Somos discordantes porque o Estado tem financiado, ao longo da história, inúmeros grupos econômicos em detrimento dos interesses daqueles que criam a riqueza nacional: os trabalhadores. Isso é despercebido por conta da ação educativa quotidiana dos meios de comunicação, que educam nossos espíritos através do par consumismo - alienação.

Por fim, o Estado, autoritário, democrático, liberal etc. é apenas um agente daqueles que são donos do dinheiro, cujo objetivo não é o desenvolvimento das múltiplas potencialidades dos indivíduos, da defesa do meio ambiente, da extinção da pobreza, do fim da violência sobre crianças, velhos e mulheres etc., mas do aumento e acumulação do capital. E se houver desenvolvimento das múltiplas potencialidades dos indivíduos, o cuidado com o meio ambiente, a extinção da pobreza etc., que sejam desde que facultem mais capital ao capital.

Referências

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. Tradução Telma Costa. Porto: Edições Afrontamento, 1984.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. . Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto-Unesp, 1996.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 2001..
- BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. Tradução de Maria

Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

FRANK, Andre. G. **A acumulação mundial de 1492-1789** Tradução de Hélio Pólvora e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Artenova, s/d.

HILTON, Rodney. **Capitalismo – o que representa esta palavra?** In: HILTON, Rodney. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, 183-199. Tradução de Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOBSON, John A. **A evolução do capitalismo moderno – estudo da produção mecanizada**. In: *Os economistas*. Tradução de Benedicto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. In: *Os economistas*. . Tradução de Mário R da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital**. In: *Os economistas* Livro 1 Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [a].

_____. **O capital**. In: *Os economistas* Livro 1 Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [b].

MARX, K. E ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 2014-07-15

Publicado em 2014-08-11